

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GESTÃO DE PEQUENA E MÉDIAS EMPRESAS**

**DIFICULDADES DE ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO
ENFRENTADAS PELAS MPE EM ANÁPOLIS**

**MARCELO JOSÉ RIBEIRO
RANIERE LUIZ TORRES DE LIMA
TARCÍSIO DIAS LIMA**

ANÁPOLIS

2012

**MARCELO JOSÉ RIBEIRO
RANIERE LUIZ TORRES DE LIMA
TARCÍSIO DIAS LIMA**

**DIFICULDADES DE ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO ENFRENTADAS PELAS
MPE EM ANÁPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Pós graduação de Gestão de Pequena e Médias Empresas da Faculdade Católica de Anápolis como exigência para obtenção do título de especialista sob orientação do Prof. Esp. Francisco Jacob de Oliveira Filho.

ANÁPOLIS
2012

**MARCELO JOSÉ RIBEIRO
RANIERE LUIZ TORRES DE LIMA
TARCÍSIO DIAS LIMA**

**DIFICULDADES DE ACESSO ÀS LINHAS DE CRÉDITO ENFRENTADAS PELAS
MPE EM ANÁPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Pós graduação de Gestão de Pequena e Médias Empresas da Faculdade Católica de Anápolis como exigência para obtenção do título de especialista

Anápolis-GO, 15 de maio de 2012.

APROVADA EM: _____/_____/_____ NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Francisco Jacob de Oliveira Filho
Orientador

Profª Esp. Aracelly R. Loures Rangel

Profª Elaine Abrahão Amaral

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a nossos pais pelos valores transmitidos ao longo de nossas vidas, a nossas famílias e em especial às esposas que estiveram sempre ao nosso lado nos momentos de dificuldade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Faculdade Católica de Anápolis pela oportunidade de cursar esta especialização e ao nosso orientador Francisco Jacob de Oliveira Filho que sempre nos atendeu com muita sabedoria, paciência e dedicação.

Ser um empreendedor é executar os sonhos, mesmo que haja riscos. É enfrentar os problemas, mesmo não tendo forças. É caminhar por lugares desconhecidos, mesmo sem bússola. É tomar atitudes que ninguém tomou. É ter consciência de que quem vence sem obstáculos triunfa sem glória. É não esperar uma herança, mas construir uma história [...]

Augusto Cury

RESUMO

Essa pesquisa aborda sobre a importância das micro e pequenas empresas no cenário econômico do Brasil. Este tipo de organização é tida por economistas e estudiosos no assunto como sendo a que mais emprega mão de obra, tendo um papel de relevância quanto a serem efetivamente geradoras de riquezas. De outro lado, o Estado procurou ao máximo estimular a criação deste tipo de empresas, seja condensando a carga tributária em um imposto, o SIMPLES, ou oferecendo apoio técnico e facilitação a linhas de crédito, mas que em determinadas situações os empresários encontram dificuldades em acessá-las. Esse trabalho tem como objetivo levantar as principais dificuldades de acesso ao crédito de capital de giro e investimento enfrentados pelos micro e pequenos empresários anapolinos. A metodologia científica é de cunho exploratório, fundamentado em um levantamento bibliográfico e numa pesquisa de campo. E ao final foi possível concluir que as dificuldades enfrentadas pelos micro e pequenos empresários passa invariavelmente por entraves burocráticos em relação a algum tipo de restrição fiscal.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas. Linhas de crédito. Burocracia.

ABSTRACT

This research focuses on the importance of micro and small enterprises in the economic scenario in Brazil. This type of organization is seen by economists and scholars on the subject as to which employs more labor, taking a leading part as to be effectively generating wealth. On the other hand, the State sought the most to stimulate the creation of such companies is condensing the tax burden on a tax, SIMPLE, or offering technical support and facilitation to credit, but that in certain situations entrepreneurs find it difficult to access them. This study aims to identify the main difficulties in accessing credit for working capital and investment faced by micro and small entrepreneurs anapolins. The scientific methodology is exploratory, based on a literature survey and a field survey. And in the end it was concluded that the difficulties faced by micro and small entrepreneurs invariably by bureaucratic obstacles in relation to some kind of fiscal restraint.

Keywords: Micro and small enterprises. Lines of credit. Bureaucracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Classificação de Microempresa e EPP	13
Figura 2 - Ciclo Operacional	20
Gráfico 1 – Porte da empresa	25
Gráfico 2 – Ramo de atividade	26
Gráfico 3 – Tempo de funcionamento	27
Gráfico 4 – Tentativa de crédito no banco principal	28
Gráfico 5 – Tipo de crédito buscado.....	29
Gráfico 6 – Principal dificuldade para a concessão do crédito em seu banco.....	30
Gráfico 7 - Buscou crédito em outro banco	31
Gráfico 8 - Principal dificuldade na concessão do crédito em outra instituição financeira.....	32

LISTA DE SIGLAS

CNPJ	-	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COFINS	-	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CSLL	-	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EPP	-	Empresa de Pequeno Porte
FGTS	-	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNC	-	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
IE	-	Imposto sobre Exportação
II	-	Imposto sobre Importação
INSS	-	Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF	-	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	-	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	-	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica
ITR	-	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
ME	-	Micro Empresa
MPE	-	Micro e Pequena Empresa
PASEP	-	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIS	-	Programa de Integração Social
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIMPLES	-	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte
SRF	-	Secretaria da Receita Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 DEFININDO E CLASSIFICANDO MICRO E PEQUENA EMPRESA.....	13
1.2 AS MPE NO MUNDO	15
1.3 AS MPE NO BRASIL	16
1.4 FONTES DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO.....	18
1.5 PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO OFERECIDAS AS MPE	20
1.6 PRINCIPAIS DIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO ENFRENTADOS PELAS MPE NO BRASIL	21
2 METODOLOGIA	23
2.1 TIPO DE PESQUISA	23
2.2 UNIVERSO E AMOSTRA	23
2.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS.....	23
2.4 COLETA DE DADOS.....	24
2.5 TRATAMENTO DE DADOS	24
2.6 DIFICULDADES DO MÉTODO.....	24
3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	37

INTRODUÇÃO

No mundo atual em que a crise financeira assola não mais as nações ditas em desenvolvimento ou aquelas ainda menos preparadas estruturalmente, mas, sim e também o bloco que mantinha a hegemonia econômica mundial surge uma questão básica a todos os autores que é a de como enfrentar tamanha crise sem com isso exonerar ainda mais os cofres públicos.

O Brasil possui uma política humanitária que consiste basicamente na concessão de bolsas de auxílio aos indivíduos que por algum tipo de infortúnio se veem em dado momento à margem do sistema produtivo e como consequência sem a mínima condição de prover suas necessidades mais básicas.

Nesse cenário, incentivar a iniciativa particular do cidadão se torna uma saída que traz benefícios muito maiores, o micro e pequeno empreendedor, de acordo com estimativas, é fonte de produção de riquezas e de possibilidades para inúmeras pessoas.

As micro e pequenas empresas ao longo de sua história consolidaram sua posição de relevo e firmaram importante papel no cenário econômico-social. Em termos específicos, no Brasil, em conformidade com vários relatos oficiais e de especialistas da área financeira, as micro e pequenas empresas são atualmente um polo convergente nos meios legislativos, financeiros e social, pela sua relevância importância e na geração de impostos e empregos.

Contudo, esse mesmo micro empreendedor ou pequeno empresário, enfrenta sérias dificuldades, seja no sentido de escolher o ramo mais propício, na sua manutenção e na abertura de linhas de crédito. Dessa forma aqui se questiona quais as principais dificuldades de acesso ao crédito enfrentadas pelos micro e pequenos empresários? Assim, para responder ao questionário levantado foi elaborada uma pesquisa cujo objetivo geral foi de levantar as principais dificuldades de acesso ao crédito de capital de giro e investimento enfrentados pelos micro e pequenos empresários anapolinos, trazendo algumas alternativas de solução ou amenização para essa acessibilidade e para sua operacionalização foram levantados os seguintes objetivos específicos: identificar os motivos que levam os micro e pequenos empresários a buscarem crédito nas instituições financeiras; identificar as alternativas de crédito oferecidas aos micro e pequenos empresários; conhecer as linhas de crédito alternativas utilizadas pelos micro e pequenos

empresários quando enfrentam dificuldades; e identificar o que leva os micro e pequenos empresários a não buscarem linhas de crédito de capital de giro e investimentos nas instituições financeiras de grande porte.

Assim, a elaboração desta pesquisa se justifica em um âmbito geral na importância nacional que as micro e pequenas empresas assumiram dentro do ambiente econômico-social do Brasil, haja vista, que são elas que diretamente influenciam na diminuição do número de empregados, pois criam, com seu crescimento, novos postos de trabalho.

Outro ponto que demonstra a relevância dessa pesquisa foi a de poder constatar que, diante da importância crucial dessas empresas, mesmo assim, seus responsáveis passam por uma série de dificuldades de enorme monta, tais como: falta de amparo técnico que causa um alto índice de mortalidade empresarial nos primeiros anos de empreendimento. Outro fato é que a mão de obra ainda é desqualificada, cabe aqui a ressaltar que esse fato ocorre principalmente pela falta de interesse do trabalhador, já que são inúmeros os cursos profissionalizantes oferecidos na cidade de Anápolis ou que opta por outro posto de trabalho em um concorrente.

Sabe-se que linhas de crédito específicas ao micro e pequeno empreendedor existem e em várias instituições financeiras, mas os entraves burocráticos são muitos e a urgência é maior, o que de certa forma e em certos casos os torna inviáveis.

Optou-se nesta pesquisa, por uma metodologia científica de cunho exploratório, fundamentado em um levantamento bibliográfico e numa pesquisa de campo no que foi possível compreender um pouco mais sobre as dificuldades enfrentadas pelos micro e pequenos empresários.

Este trabalho foi estruturado em capítulo e dividido conforme segue: inicialmente tem-se o Capítulo Introdução que conta com informações sobre o tema, problema, objetivos, justificativa, metodologia e estrutura; no capítulo 1 - Referencial Teórico consta o levantamento bibliográfico que deu sustentação teórica ao estudo; no Capítulo 2 - Metodologia apresenta-se os materiais e métodos utilizados na pesquisa de campo; no Capítulo 3 - Resultados e Análise dos Resultados têm-se as informações resultantes da pesquisa de campo, por fim, tem-se a Conclusão seguida das Referências e Apêndice.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 DEFININDO E CLASSIFICANDO MICRO E PEQUENA EMPRESA

Geralmente esse tipo de empreendimento empresarial são fruto da vontade e da persistência de seus administradores, “cujas principais características pessoais são, entre outras, uma capacidade de tomar riscos, uma dedicação, uma persistência e uma independência”, que atinge a níveis superiores dos que os encontrados na média das pessoas (VENTURA, 2010, *online*).

Produto de uma política de desburocratização, a microempresa passou a receber maior ênfase das autoridades e da sociedade em geral a partir de 1979, quando iniciaram-se os programas voltados a fomentar o funcionamento dos pequenos organismos empresariais. Considera-se microempresa, para fins de enquadramento no SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei n. 9.317, de 05 de dezembro de 1996, a pessoa jurídica e a firma individual que tiverem receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (PALERMO, 2001).

De acordo com Lemes Júnior e Pisa (2010), não existe um critério único para definir micro ou pequenas empresas. Essas diferenças de classificação ocorrem não somente de país para país, mas também entre regiões de um mesmo país, entre órgãos governamentais ou não, tais como os bancos de desenvolvimento e particulares e instituições de apoio.

Essas ordenações podem ser efetivadas levando em conta a quantidade de colaboradores e o faturamento da empresa, variando de região para região. O SEBRAE adota a quantidade de colaboradores, diferenciando também por setor de atuação, conforme figura abaixo:

INDÚSTRIA		COMÉRCIO/SERVIÇO	
Microempresa	Empresa Pequeno Porte	Microempresa	Empresa Pequeno Porte
Até 19	20 a 99	Até 09	10 a 49

Figura 1 - Classificação de microempresa e EPP

Fonte: SEBRAE (2012)

No entanto, para a Receita Federal o critério adotado é o faturamento bruto anual estabelecido na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Conforme se observa em Thode Filho e Caldas (2008) caracterizar micro e pequena empresa é uma tarefa difícil principalmente pelas grandes diferenças entre ambas. Sabe-se que as pequenas empresas atualmente são tidas como um dos maiores seleiros para o surgimento de novos postos de trabalho, fato esse que chamou a atenção de pesquisadores e autoridades do ramo financeiro para a sua importância no cenário econômico nacional, tal iniciativa tem como foco de análises auxiliar no funcionamento do cotidiano das empresas e diminuir as altas taxas de mortalidade das mesmas.

Conforme ensina Dutra (1982, p. 28) é possível caracteriza uma pequena empresa sem a utilização de valores numéricos, ou seja, pequenas empresas são aquelas que:

[...] usam trabalho próprio ou de familiares; não possuem administração especializada; não pertencem a grupos financeiros; não tem produção em escala; apresentam condições peculiares de atividade reveladoras de exiguidade de negócio; são organizações rudimentares; apresentam menor complexidade do equipamento produtivo causando baixa relação de investimento de mão de obra; receptora de mão de obra liberada do setor rural; são campos de treinamento de mão de obra especializada e formação do empresário.

Para Bezerra (2001, p. 88) esse tipo de empresa é normalmente é operacionalizada pelo proprietário, possui poucos empregados e/ou poucos produtos ou linhas de serviços, baixo capital de giro, baixas margens de baixas despesas gerais, pequena área de atuação, conhecimento limitado de tecnologias de informação e sistemas de informação manuais.

A classificação dada pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, ou seja, é aquela que tem receita bruta anual, auferida em ano calendário conforme se apresenta a seguir:

- Micro empresa são aquelas que possuem receita bruta anual, auferida em ano calendário no valor igual ou inferior a R\$ 433.755,14 (quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos);
- Pequena empresa um valor de no mínimo de R\$ 433.755,14 e o máximo igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais) (SEBRAE, 2012).

A inscrição no Simples implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições (Lei nº 9.317, de 1996, art. 3º, § 1º; e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal-SRF nº 355, de 2003, art. 5º, § 1º):

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991 e o art. 25 da Lei nº 8.870, de 1994.

A opção pelo Simples não desobriga o empresário do pagamento de outros tributos ou contribuições que estão constantes na Instrução Normativa da SRF n. 355/03 em seu art. 5º, na qual estão relacionadas essas obrigações adicionais, que discrimina o que se segue:

- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF);
- Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros (II);
- Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados (IE);
- Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
- Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado (BRASIL, 2003, p. 1).

1.2 AS MPE NO MUNDO

Como citado anteriormente a falta de critérios para definir micro e pequena empresa não é exclusividade do Brasil, em diversos países, também, há vários critérios. O mais usual é pela quantidade de empregados e em alguns países (PALERMO, 2001). O Chile, Brasil e Colômbia tem a mesma quantificação de empregados, na Argentina é um empregado a mais, nos Estados Unidos é considerado pequeno se tiver até 500 empregados.

Não há diferença em nenhum país pesquisado quanto a importância da Micro e Pequena Empresa na economia dos mesmos. Lemes Júnior e Pisa (2010) citam como exemplo, que nos EUA essas empresas representam mais de 99,7%

dos empregadores, gerando anualmente de 60 a 80% de novos empregos, empregando mais da metade dos trabalhadores do setor privado e contribuindo com mais de 50% do Produto Interno Bruto. Na Espanha a participação das Micro e Pequena Empresa no Produto Interno Bruto (PIB) é de 64%, Canadá 40%, Alemanha 35% e 27% na França.

1.3 AS MPE NO BRASIL

As pequenas empresas possuem características muito próprias ao seu funcionamento e de acordo com Leone (1999, p. 59) podem ser dividida da seguinte forma:

Os processos de planejamento e de controle são, geralmente, pouco formalizados e quantificados. Decisionais: a tomada de decisão é baseada na experiência, no julgamento ou na intuição do proprietário-dirigente. O dirigente se recusa a delegar e centraliza todas as decisões. Os valores do proprietário-dirigente marcam profundamente as tomadas de decisões e a definição das políticas de sobrevivência e de desenvolvimento do seu negócio. O grande envolvimento do dirigente com sua empresa faz com que ela seja um prolongamento de sua própria vida, de tal forma que os objetivos da empresa sejam definidos pelos seus próprios objetivos. Especificidades Individuais: caracteriza-se pelo papel predominante de um só indivíduo na organização, o proprietário-dirigente. A pessoa física tende a se confundir com a pessoa jurídica. As micro e pequenas empresas veem a evidência de sua existência, suas perspectivas e seus objetivos afetados pelo percurso pessoal de seu dirigente. Para melhor compreender a empresa é importante analisar as atitudes, competências, motivações e comportamento organizacional do seu dirigente. O gerenciamento da pequena empresa está intimamente ligado à personalidade do seu principal executivo. As características comuns às pequenas empresas a importância do papel do empreendedor – suas aspirações, motivações e seus objetivos pessoais; o papel do ambiente – devem adaptar-se ao seu ambiente. Essa atitude não precisa ser necessariamente passiva, reativa; a empresa pode tentar mudar seu ambiente e constituir-se em rede; a natureza da organização – funcionam como um espaço de transmissão aberto sobre o ambiente.

Para Feres (2000, p. 1) a Lei n. 9.841/99 concede um tratamento específico às micro e pequenas empresas, nessa lei são utilizadas expressões que caracterizam algumas situações tais como “enquadramento, desenquadramento e reenquadramento” que tem como escopo definir qual o seu real regime jurídico.

Conforme os alcances de receita bruta anual expressa na Lei 9.841/99, as pessoas jurídicas e as firmas mercantis individuais se enquadram na condição de microempresas ou de empresas de pequeno porte. Caso as empresas excedam os limites Feres (2000, p. 1) ressalta que:

As microempresas, caso se desenquadrarem por excederem o limite de receita bruta anual para elas previsto, reenquadram-se, passando à condição de empresa de pequeno porte. Se estas se desenquadrarem, reenquadram-se, ou para a categoria de microempresas, se passam a ter receita bruta anual própria destas; ou para empresa comum, excluída do regime do Estatuto, se passam a ter receita bruta anual superior a R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Apesar disso, a Lei nº 9.841/99 eliminou o sistema de desenquadramento automático previsto no Estatuto anterior. Agora, para que tenha lugar à perda da condição de ME ou EPP, em razão do excesso de receita bruta, é necessário que se verifique esse fato durante dois anos consecutivos ou três anos alternados, em um período de cinco anos, conforme art. 8º, §2º, Lei n. 9.841/99.

Ainda segundo o mesmo autor, a partir do momento de seu enquadramento as Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte não precisam de visto de advogado e complementa:

Uma vez enquadradas no regime jurídico do novo diploma legal, as pessoas morais (Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte) não mais carecem de visto de advogado, para que seus atos e contratos constitutivos sejam admitidos a registro (art. 6.º da Lei n.º 9.841/99). Sob uma perspectiva temporal diminuta, a medida representa inegável economia ao empresariado, dispensando o desembolso de honorários de serviços advocatícios preventivos. Todavia, a longo prazo, a opção da Lei pode reverter em prejuízo às Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, pois a probabilidade de dispêndio com curativos, ou seja, gastos com demandas judiciais envolvendo atos e contratos que se formaram sem assessoramento jurídico, é muito maior. O Decreto n.º 3.474/2000 faculta à pessoa jurídica ou à firma individual mercantil o registro como microempresa e empresa de pequeno porte, que será efetuado à vista de comunicação instrumentalizada especificamente para esse fim (arts. 3º e 5º). Da apreciação dos termos do Decreto, percebe-se que o registro não é constitutivo da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, mas meramente declaratório. Preenchidos os requisitos legais, a pessoa jurídica ou a firma individual faz jus ao tratamento diferenciado, independentemente do registro. Este é considerado, tão somente, instrumento de prova daquela condição. Alguma doutrina poderia argumentar o caráter constitutivo do registro com base no art. 20, §2º, do Decreto n.º 3.474/2000, que estabelece que, com o seu cancelamento, a empresa se vê sem os benefícios da Lei n.º 9.841/99. Contudo, esse entendimento não pode prevalecer (FERES, 2000, p. 1).

De acordo com a Sondagem Conjuntural do SEBRAE, os recursos pessoais constituem a principal fonte de recursos da pequena empresa, tendo em vista possuírem menores acesso a crédito junto a instituições financeiras, sendo que para 32% dos micro e pequenos empresários, este é considerado o principal empecilho para a sua administração (SEBRAE, 2000, p. 12).

Conforme apresentou o estudo de Casagrande (1999, p. 46) o quantitativo das pequenas empresas necessita ainda de muito curso para que seja integralmente conhecido. Considerado um dos principais pilares de sustentação da economia nacional sua importância é inquestionável. As pequenas empresas oferecem contribuições excepcionais na medida em que fornecem novos empregos, introduzem inovações, estimulam a competição, auxiliam as grandes empresas e produzem bens e serviços com eficiência.

A micro e pequena representa 98,3% do total de empresas registradas no país, correspondendo a 43,0% da receita nacional e a 20,6% do PIB (Produto Interno Bruto). Nas micro e pequenas empresas encontra-se 70,0 % da mão de obra ocupada do país correspondendo a 42,0% da massa salarial. No período de 1990 a 1999 foram constituídas no Brasil 4,9 milhões de empresas, dentre as quais 2,7 milhões são microempresas. Apenas no ano de 1999 foram constituídas 475.005 empresas no país, com as microempresas totalizando 267.525, representando um percentual de 56,32% do total de empresas constituídas no Brasil (SEBRAE, 2011).

Em dados mais recentes o SEBRAE apresentou um relatório no qual especificou-se a prevalência do crescimento das micro e pequenas empresas pelo seu ramo de atividade entre os anos de 2001 e 2005, sendo que entre as micro observou-se que o comércio atingiu a maior marca com 23%, entre as pequenas empresas também o comércio atingiu a preferências dos empresários com um percentual ainda mais expressivo, 34% (SEBRAE, 2007).

Diante da importância das micro e pequenas empresas no cenário econômico do país, torna-se necessário ressaltar como a organização financeira é capaz de garantir lucratividade e a saúde empresarial, pois, um dos maiores problemas enfrentados por esses empresários se dá quando, por descuido, não são tomadas atitudes que sirvam para prevenir possíveis problemas decorrentes de sua atividade comercial, tais como, concorrência, sazonalidade, falta de alguns produtos e clientela não fidelizada. Essas técnicas financeiras serão demonstradas na sequência.

1.4 FONTES DE FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO

De acordo com Assaf Neto (2010, p. 293), "os financiamentos de longo prazo de uma empresa são justificados pela necessidade de viabilizar investimentos em capital de giro e principalmente em capital fixo".

É extremamente importante que o administrador financeiro conheça as alternativas de crédito disponíveis no mercado, análise custos, riscos e as garantias exigidas.

1.4.1 Capital de giro

Segundo o autor Assaf Neto (2009), faz a seguinte definição sobre capital de giro: são os recursos que giram (circulam) várias vezes em um determinado período.

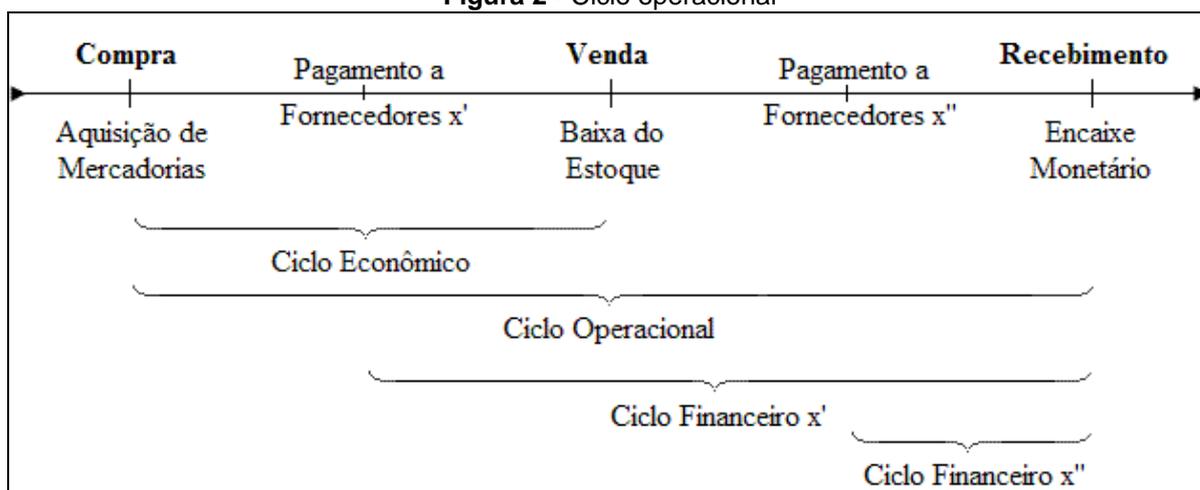
Ele é formado basicamente por três importantes ativos circulantes: Disponível (caixa e aplicações financeiras), Valores a Receber e Estoques.

Segundo o Hoji (2010) o capital de giro é conhecido também como capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que se transformam constantemente dentro do ciclo operacional. É formado pelo Caixa, Estoque e duplicatas a receber.

Dentro deste tema se torna necessário uma abordagem do assunto sob a visão de alguns autores, da seguinte forma:

- O Ciclo Operacional faz parte de todo o conjunto de fases do ciclo operacional das organizações, ele inicia-se no exato momento em que há o recebimento das matérias primas a serem transformadas no produto final e finda-se com o processo de cobrança das vendas efetivadas (COSTA, 2012).
- Necessidade de capital de giro é função do ciclo de caixa da empresa. Se for longo o ciclo de caixa surge a necessidade de maior giro de capital, ao contrário, se for curto o giro de caixa também é curto. Desta forma uma estratégia empresarial financeira para manter o equilíbrio é receber mais cedo e pagar mais tarde (LUNELLI, 2010).

Figura 2 - Ciclo operacional



Fonte: Zanluca (2009)

- Fontes de Capital de Giro: Caixa (Aplicação e recursos disponíveis), recursos dos sócios, capital de terceiros (ASSAF NETO, 2010).
- Administração do fluxo de caixa. O caixa tem, entre outros gastos, um custo de oportunidade. O dinheiro mantido poderia estar aplicado em outros ativos que prometem melhores rendimentos. Então temos sempre que prever estes custos antes de qualquer investimento (ASSAF NETO, 2009).

A administração de caixa visa, fundamentalmente, manter uma liquidez imediata para suportar a atividades da empresa (LUNELLI, 2010).

1.5 PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO OFERECIDAS AS MPE

Um desenvolvimento com justiça social, com proposta de melhoria dos padrões de vida do indivíduo, deve necessariamente valorizar o papel das micro e pequenas empresas. As questões da má distribuição de renda, da profissionalização e da criação de novos postos de trabalho, são grandes problemas no Brasil e essas empresas contribuem de maneira decisiva para a diminuição dessas carências.

Uma grande preocupação dos micro e pequenos empresários, esta relacionada à obtenção de crédito. De acordo com o Estatuto da Microempresa (Lei n. 9.841/99) este tipo de empreendimento financeiro recebe tratamento diferenciado, simplificado e facilitado na obtenção de crédito nas Instituições Financeiras Oficiais, sendo que o SEBRAE, é o órgão encarregado de gerenciar os recursos, auxiliar e informar a população que tenha interesse em contrair esse tipo de linha de crédito,

através de editais. Também estabelece O Estatuto que o alcance de crédito deve ser outorgado sem as exigências de garantias, permitindo o aval. (SEBRAE, 2012).

Ao procurar recursos para sua empresa, o micro ou pequeno empresário, encontra muitas dificuldades na burocracia. Precisa de ocasião e dinheiro, para atender a todas as requisições, ainda que o valor do financiamento seja mínimo. Neste momento de dificuldades, ele busca empréstimos direcionados à Pessoa Física, com menos burocracia, mas com juros mais elevados, entretanto, os lucros obtidos nas vendas de seus produtos não cobrem estes juros o que representa, para o micro ou pequeno empresário, uma possibilidade de fechamento de sua empresa (PALERMO, 2001).

1.6 PRINCIPAIS DIFICULDADES DE ACESSO AO CRÉDITO ENFRENTADOS PELAS MPE NO BRASIL

Em relação ao ciclo de vida nas empresas, no que se referem às micro e pequenas, no Brasil, nota-se que a maioria termina suas atividades com pouco mais de um ano de exercício social, conforme pesquisas existentes. Palermo (2001) ressalta que aquelas que se sustentam no mercado e mantêm sua vida colaboram para a economia nacional, além de serem socialmente uma fonte de riqueza, pois fornecem postos de trabalho a comunidade onde estão inseridas.

Em meio as bases dos fatores que cooperaram para o fim das atividades, encontram-se aquelas arroladas à falta de tecnologia. Ações pautadas à flexibilidade e presteza nas disposições são imprescindíveis para a solução destes problemas (CASTRO, 1989, p. 65).

Uma respeitável inquietação dos micro e pequenos empresários esta relacionada à obtenção de crédito. Fundamenta o Estatuto da Microempresa (Lei n. 9.841/99) tratamento diferenciado simplificado e facilitado na obtenção de crédito nas Instituições Financeiras Oficiais, assim como o SEBRAE, que através de suas sedes estaduais e *site* oficial na *Internet*, viabilizam programas de micro-crédito, através de editais. Também estabelece o Estatuto que o alcance de crédito deve ser outorgado sem as exigências de garantias, permitindo o aval. (SEBRAE, 2012).

É necessário que se analise o manual de abertura de empresa em todas as peculiaridades, fornecido pelo SEBRAE, para que melhor se avalie as dificuldades burocráticas pelas quais estes empresários passam, assim como é imprescindível que se mencione também que a mesma problemática se estende quando há a

necessidade de fechamento das micro ou pequenas empresas. Nesse sentido Palermo (2001, p. 1) traz que:

Sem encerramento legal, as empresas podem acumular débitos com impostos e taxas. A maioria dos empresários imagina que, ao cerrar as portas do estabelecimento, os tributos caducarão em cinco anos e o governo abrirá mão da cobrança de impostos. Desconhecem que apesar do tributo caducar após cinco anos, sempre haverá pendência porque eles são cobrados anualmente. Por isso, para não ocorrer risco de ficar em débito com o governo, é necessário dar baixa na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Pessoa Jurídica (em caso de empresas prestadoras de serviços) e pedir o cancelamento do comprovante de inscrição. Em seguida, deve-se requerer o encerramento do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), na Receita Federal; do Número de Inscrição de Registro Estadual, na Secretaria Estadual da Fazenda (as prestadoras de serviço estão isentas dessa inscrição); do Comprovante de Cancelamento de Inscrição, na prefeitura; e do INSS.

É necessário ter ciência do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (Lei n. 9.841/99) antes de iniciar o encerramento de uma micro ou pequena empresa. Um dos principais benefícios concedidos pela legislação consiste em que as empresas inativas por cinco anos ou mais estarão exoneradas da apresentação de certidões negativas para a Junta Comercial ou para o cartório.

Por fim, cabe enfatizar que as micro e pequenas empresas necessitam receber toda a ajuda das entidades governamentais em sua estruturação, funcionamento e quando for o caso de seu fechamento. Ficou claro pelas informações colhidas de vários autores que essas empresas são de grande utilidade para a economia nacional e para a estabilidade social, já que seus ambientes são responsáveis pela a inclusão social e pela oportunidade de que o homem possa ganhar seu sustento de forma digna.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa quanto aos seus objetivos se trata de um estudo exploratório, conforme Vergara (2007), pois explora todo o objeto a ser pesquisado, aperfeiçoando a teoria e posteriormente visualiza, assinala, examina, ordena e decifra os acontecimentos sem que o investigador intervenha sobre eles ou os controle, ou seja, relata as características de determinada população ou fenômeno.

Em relação aos meios e procedimentos, trata-se de um estudo bibliográfico que, de acordo com Vergara (2007) extraem-se informações de livros, artigos científicos telematizados e portais de periódicos na Internet, como também, é de campo que segundo Chaves (2004, p. 65) "é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo".

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Em relação ao universo desta pesquisa adotou-se como critério um total de cinquenta e cinco visitas aleatórias que foram realizadas a micro e pequenas empresas instaladas no município de Anápolis/GO e que receberam uma via do questionário proposto (Apêndice A), esse quantitativo foi determinado dado ao número muito grande de estabelecimentos, já que conforme informações do IBGE/2009 o município de Anápolis possuía até aquele ano 476 microempresas e 189 pequenas empresas.

Em relação a amostra obteve-se um retorno de dez questionários devidamente respondidos.

2.3 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

Vergara (2007, p.53), afirma que os "sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados que você necessita". A seleção dos sujeitos foi de forma aleatória, tendo sido procurados e informados sobre o teor da pesquisa um total de cinquenta e cinco micro e pequenos empresários do município de Anápolis/GO.

2.4 COLETA DE DADOS

Os dados referentes a pesquisa foram coletados através de um questionário semi estruturado composto por um total de oito questionamentos, sendo cinco do tipo fechada e as outras três tipo discursiva.

Para Gil (2002, p. 140) "o processo de coleta de dados no estudo de campo é o mais complexo, pois se utiliza sempre mais de uma técnica, tornando possível conferir a validade do estudo".

2.5 TRATAMENTO DE DADOS

Os resultados da pesquisa foram devidamente tabulados, posteriormente foram elaborados gráficos demonstrativos utilizando o software de Planilhas Eletrônicas Excel e confrontados com a literatura levantada o que conferiu um aspecto científico necessário para a importância do trabalho.

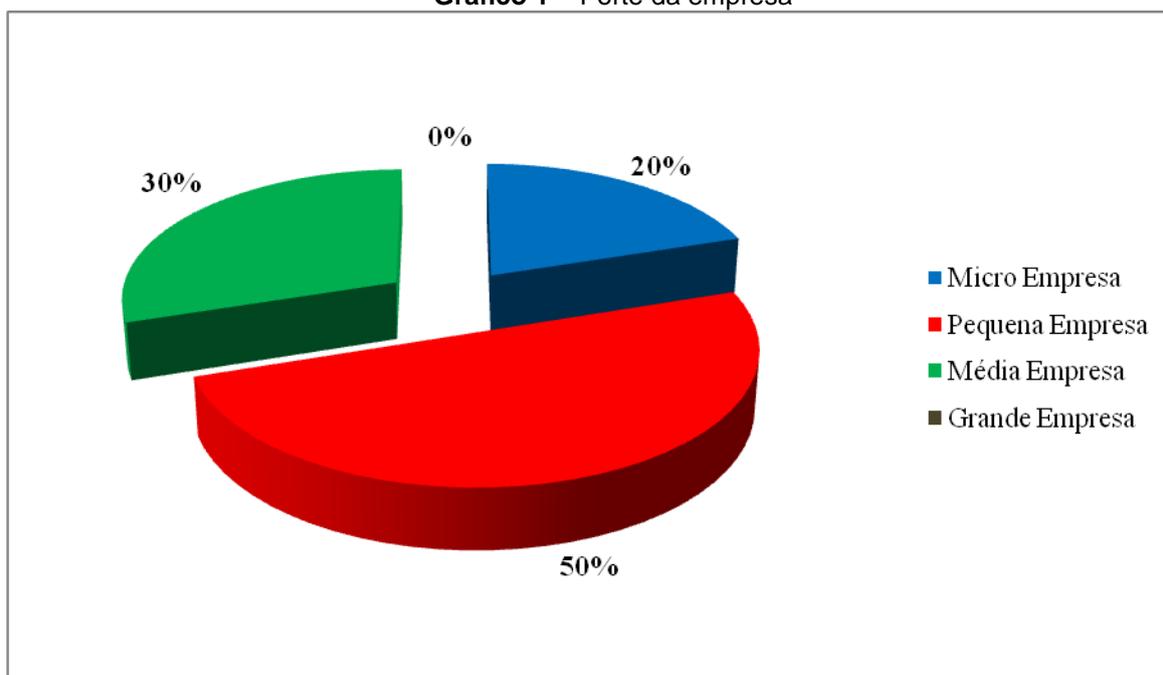
2.6 DIFICULDADES DO MÉTODO

A grande dificuldade foi quanto a convencer os respondentes a participar da pesquisa, já que todos foram procurados em horário comercial o que dificultou dada suas ocupações rotineiras.

3 RESULTADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na primeira questão foi solicitado para os respondentes que informasse qual seria o porte de sua empresa, observou-se que, 50% (cinco) empresários disseram que é uma pequena empresa; 30% (três) falaram que é média empresa e 20% (dois) informaram que é de micro empresa.

Gráfico 1 – Porte da empresa

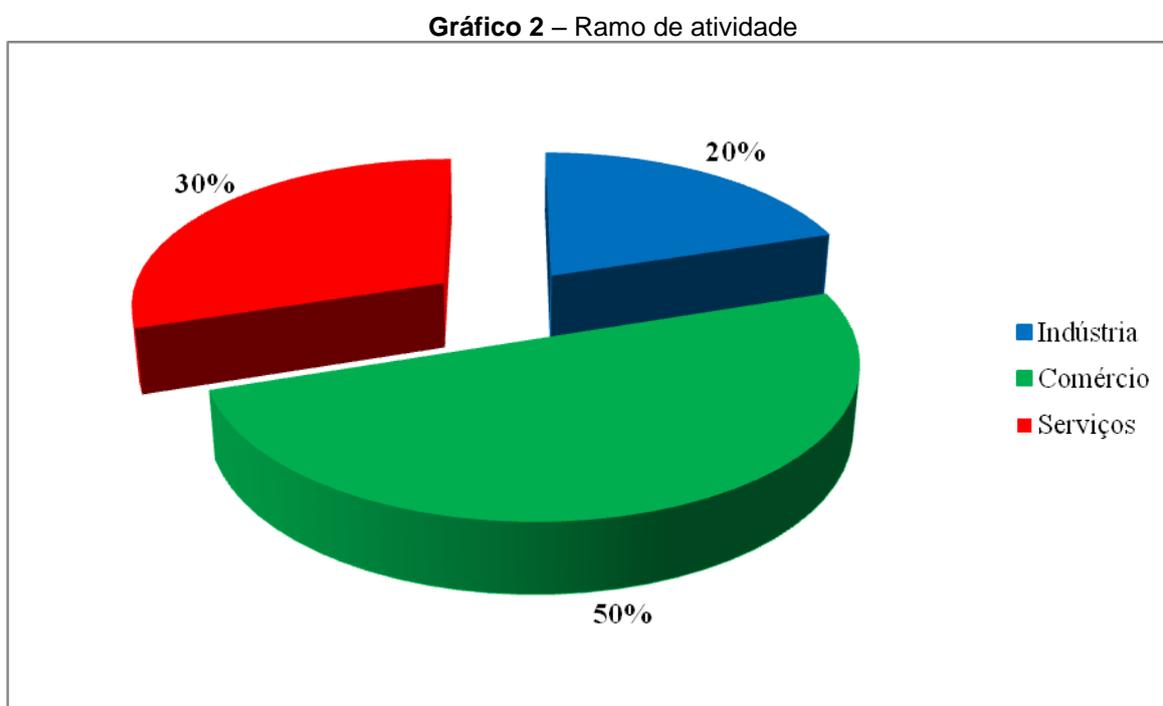


Fonte: Pesquisa de campo

Conforme informações do SEBRAE/GO o número de microempresa é maior que o de pequenas empresas, e isso foi confirmado na pesquisa quando apresentou-se dados relativos a criação de novas empresas no Brasil no exercício de 1999 nos quais 56,32% eram microempresas, demonstrando claramente a disposição da população em relação a buscar entrar no mercado de trabalho com uma empresa particular (SEBRAE, 2011).

Diante do resultado desta questão e pelas informações colhidas na pesquisa bibliográfica, afirma-se a importância deste tipo de empreendimento, tanto pelo fato financeiro como pelo social.

Em relação à segunda questão e conforme o resultado apresentado no gráfico abaixo, a maioria 50% (cinco) empresários afirmaram que atuam no ramo de comércio, outros 30% (três) se dedicam a prestação de serviços e 20% (dois) possuem algum tipo de indústria.



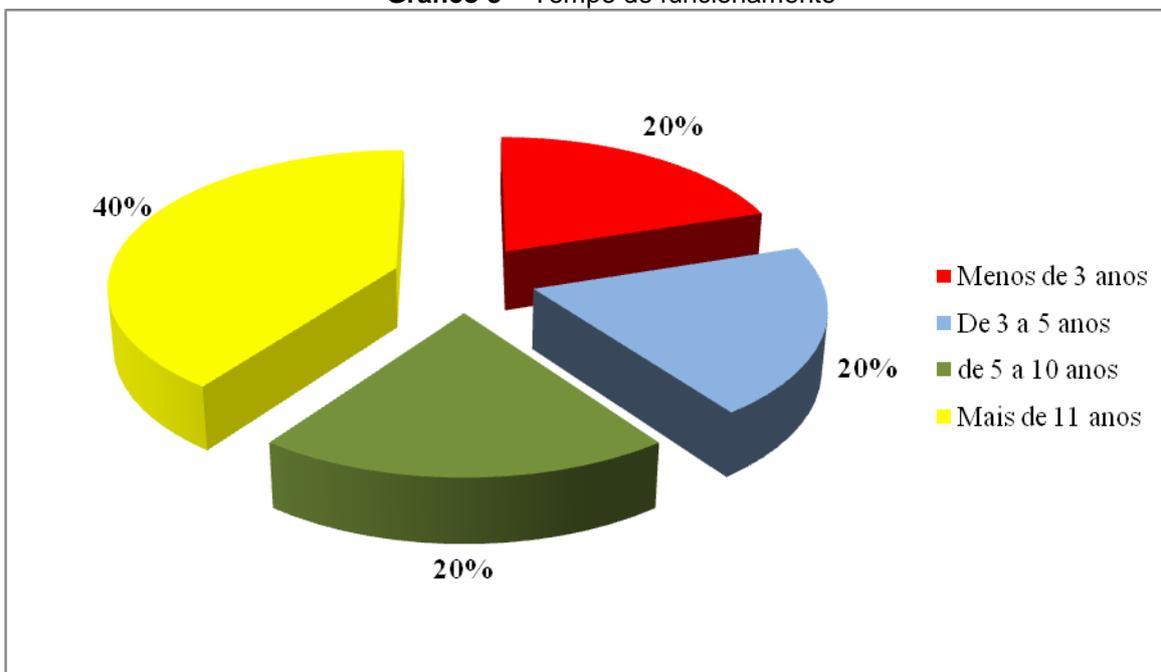
Fonte: Pesquisa de campo

Em um relatório com resultados de uma pesquisa realizada pelo SEBRAE (2007) foi constatado que entre os anos de 2001 e 2005 o maior crescimento por ramo de atividade entre as micro com 23% e pequenas empresas 34% foi a de comércio sendo que o setor de serviços cresceu em média 20%.

O ramo de atividade que se baseia principalmente na venda produtos acabados no Brasil mostra-se forte no nicho empresarial pesquisado, mas, é relevante ressaltar que a prestação de serviços tem alcançado índices consideráveis de crescimento no país e por consequência abrindo ainda mais possibilidades para novos empreendedores do ramo de micro e pequenas empresas.

A terceira questão visou compreender o entendimento dos respondentes quanto ao tempo de sobrevivência das micro e pequenas empresas, em relação ao tempo de funcionamento apurou-se que a maioria num total de 40% (quatro) já possuem mais de onze anos de atividade, com 20% (dois) ficaram empatados as outras três opções fornecidas (menos de 3 anos, entre 3 e 5 anos e 5 a 10 anos).

Gráfico 3 – Tempo de funcionamento



Fonte: Pesquisa de campo

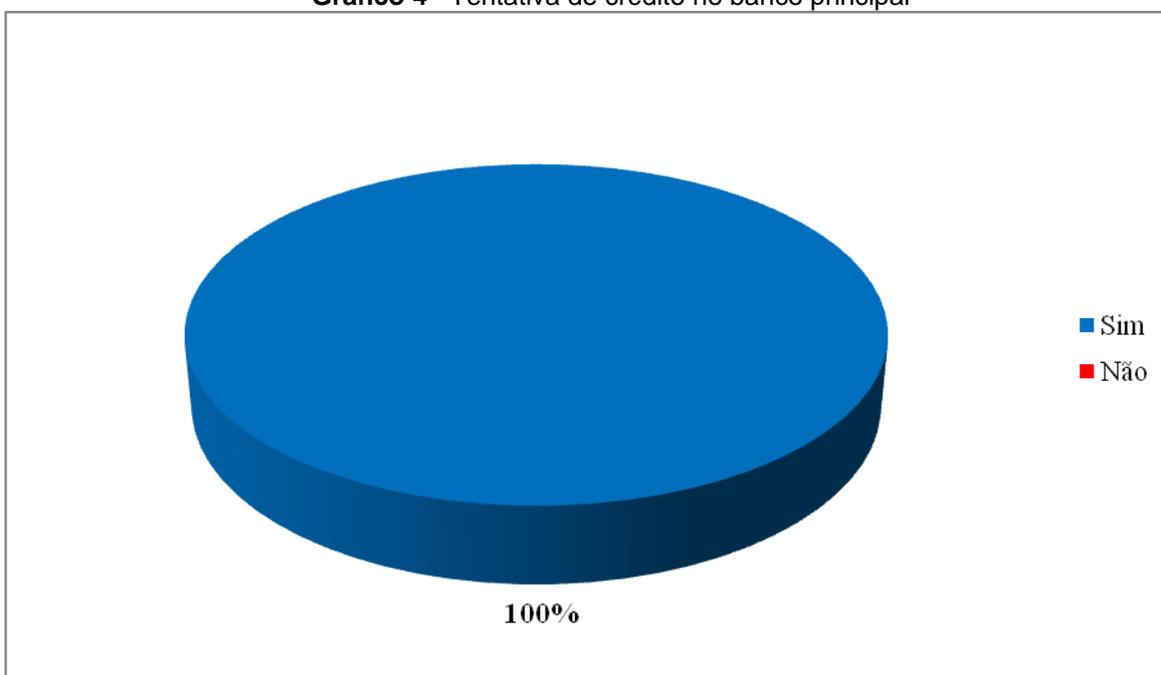
Palermo (2001) alertou que um dos grandes problemas enfrentados pelas micro e pequenas empresas é quanto a se manterem de portas abertas, segundo estimativas levantadas a maioria das empresas deste porte inauguradas não passam pelo primeiro ano de vida.

Castro (1989) ao buscar respostas para essa grande mortalidade empresarial lembrou que a mesma é fruto de fatores como, falta de investimentos humanos e tecnológicos e a rigidez assumida na estrutura interna da organização.

Cabe aqui ressaltar que o resultado encontrado é promissor e que em relação aos benefícios sociais essas empresas ao longo de seus anos de vida com certeza colaboraram efetivamente para a economia nacional de forma decisiva.

Ao serem questionados sobre a necessidade da facilidade de linhas de crédito, O resultado é enfático, pois, 100% (dez) empresários pesquisados já necessitaram de recorrer a algum tipo de financiamento em seu banco principal.

Gráfico 4– Tentativa de crédito no banco principal



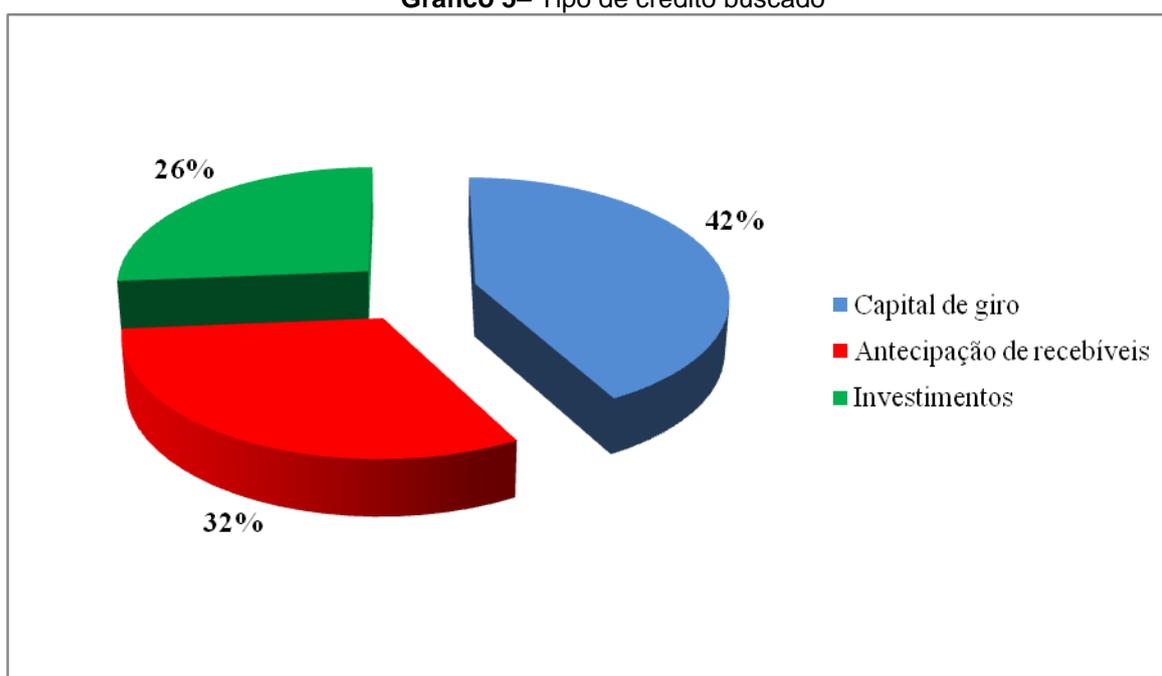
Fonte: Pesquisa de campo

De acordo com informações do SEBRAE a maioria dos empresários de micro e pequenas empresas tiveram, tem ou terão algum tipo de dificuldade financeira e buscarão auxílio em entidades financiadoras.

É necessário ressaltar que essa necessidade em certos momentos é por dificuldades na quitação de seus compromissos, como também, pode ser por necessidade de expansão dos negócios, devendo haver por parte dos bancos, independentemente da causa o mesmo interesse em conceder o crédito solicitado, desde que algumas exigências legais sejam cumpridas.

Na sequência e visando conhecer a preferência dos entrevistados quanto a contrair créditos, perguntou-se qual a opção para atendimento das necessidades empresariais, os leva a buscar ajuda financeira, entre as opções de resposta a disposição a mais votada com 42% (oito) foi a necessidade de capital de giro, com 32% (seis) encontra-se a questão dos investimentos e por fim com 26% (cinco) esta a antecipação de recebíveis. É necessário ressaltar que os pesquisados puderam optar por uma ou mais respostas, já que os mesmos não realizaram operações de crédito apenas uma vez.

Gráfico 5– Tipo de crédito buscado



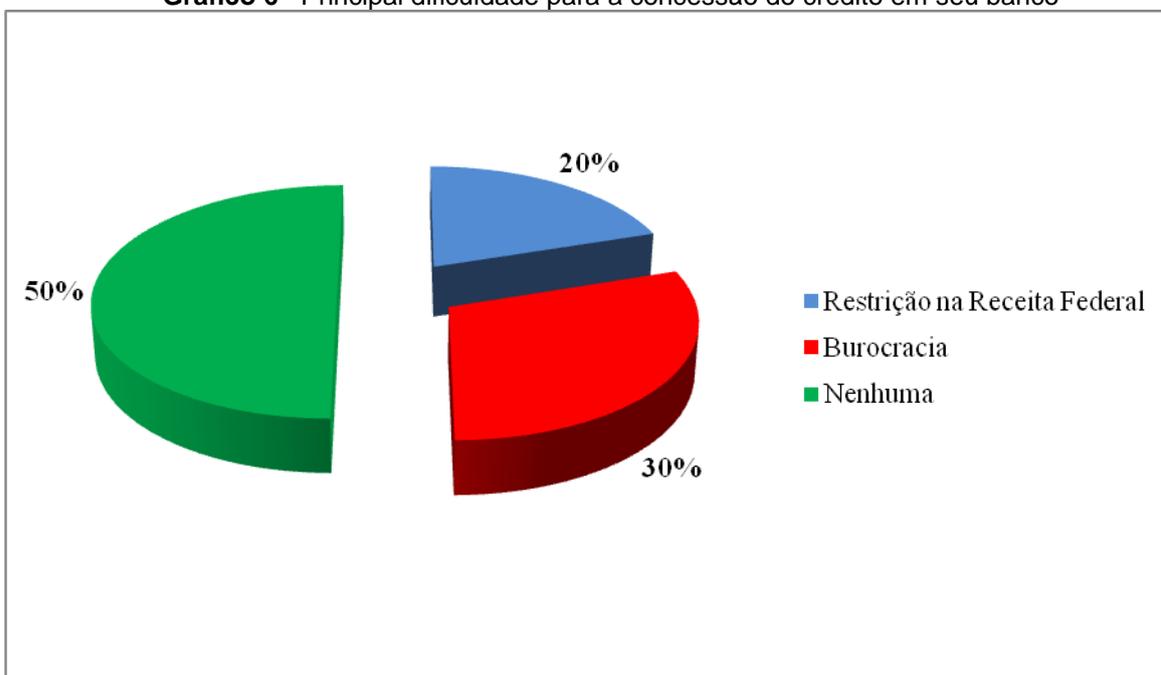
Fonte: Pesquisa de campo

Assaf Neto (2009) apresentou as características e importância do capital de giro dentro do ambiente empresarial, entende-se que esse elemento em dados momentos necessita de adequações para fazer frente a problemas sazonais que possam ocorrer.

Recorrendo-se aos ensinamentos de Castro (1989) é necessário relembrar a importância dos investimentos na saúde e longevidade empresarial, sejam eles tecnológicos, na qualidade dos produtos ou no fator humano, podem ser decisivos para determinar o sucesso do negócio.

E quanto aos entraves burocráticos que são cotidianamente enfrentados, para a maioria dos entrevistados 50% (cinco) não houve nenhuma restrição para a concessão do crédito solicitado. Outros 30% (três) disseram que é a burocracia e 20% (dois) afirmaram que o problema maior foi com as informações expedidas pela Receita Federal.

Gráfico 6– Principal dificuldade para a concessão do crédito em seu banco



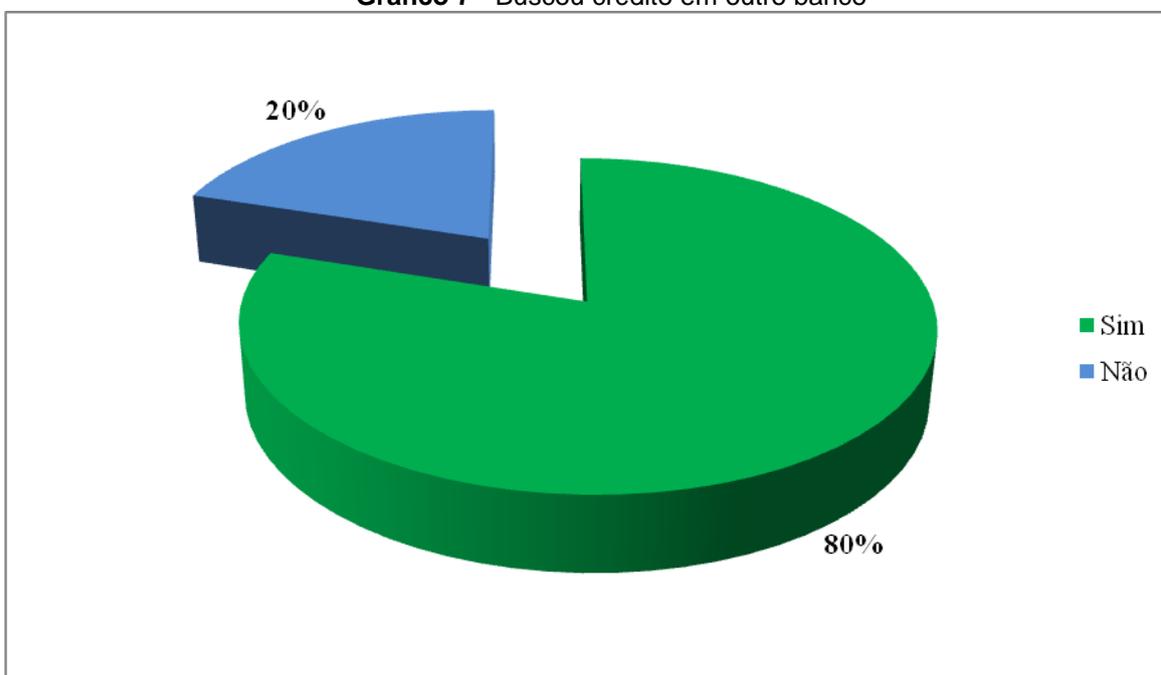
Fonte: Pesquisa de campo

Sobre a questão da facilitação na concessão de linhas de créditos específicas às micro e pequenas empresas Palermo (2001) enfatizou que o empresário em diversas ocasiões encontra entraves burocráticos que o desestimulam a dar prosseguimento na negociação e passa a valer-se dos créditos diretos ao consumidor. Alerta ainda o autor que essa modalidade opera com uma taxa de juros mais alta do que a específica ao micro e pequeno empresário.

Aonde se conclui que a maior facilidade dos créditos direto ao consumidor em nada é vantajoso ao empreendedor, já que ao contrair esse tipo de empréstimo logicamente seus lucros vão diminuir e a possibilidade de quitação de compromissos futuros se torna mais difícil, podendo até mesmo levá-lo ao fechamento de seu negócio.

Diante de certas dificuldades, o empresário se vê obrigado a buscar auxílio em outras instituições, dessa forma e conforme pode ser observado, a maioria de 80% (oito) dos entrevistados já buscou crédito em outras instituições financeiras e 20% (dois) disseram não.

Gráfico 7 - Buscou crédito em outro banco



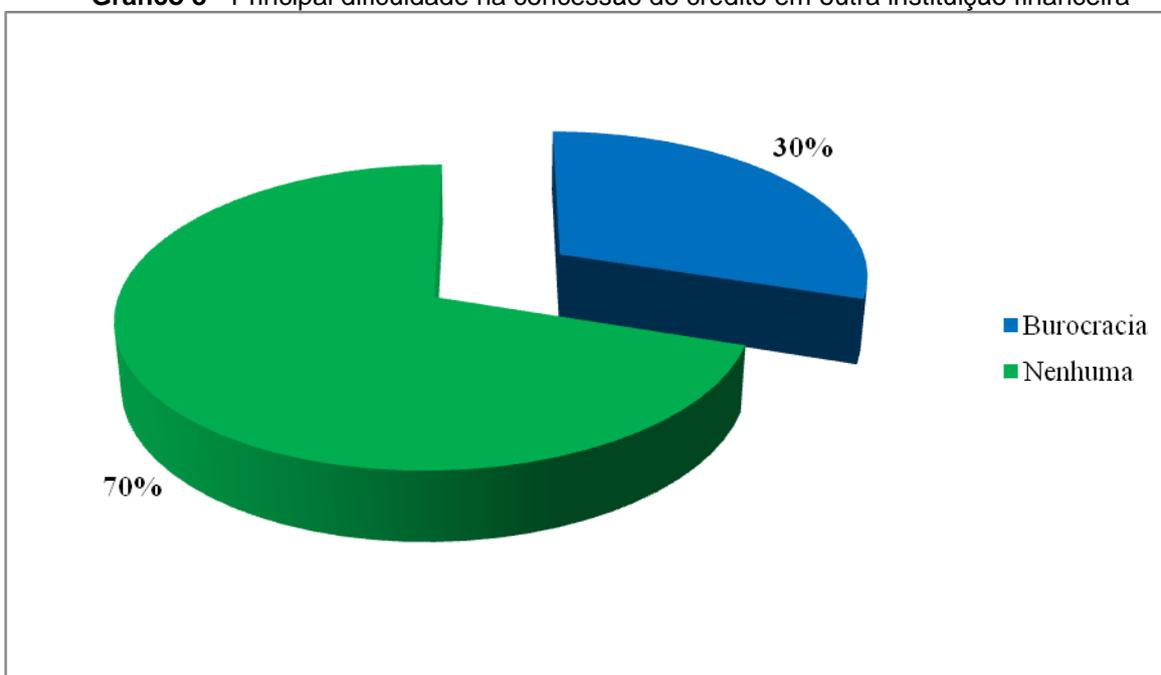
Fonte: Pesquisa de campo

O SEBRAE alerta aos empresários que existem várias linhas de crédito que são oferecidas às micro e pequenas empresas, entre eles relaciona-se diretamente a Anápolis, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FNC) que opera com taxas mais atrativas dos que as praticadas pelos Bancos particulares, ao optar por essa linha de crédito as possibilidade de manutenção da saúde da empresa se tornam muito mais palpáveis (SEBRAE, 2012).

A necessidade financeira das empresas é uma constante face a concorrência acirrada e o mercado consumidor cada vez mais exigente, mas, o empresário não deve sob o risco de perder seu empreendimento se lançar em uma investida mal planejada, antes de efetivar a abertura de crédito é preciso ter todas as projeções para o futuro e ter a clara noção dos problemas que estão por vir.

No último questionamento buscou-se junto aos entrevistados, qual havia sido o maior entrave para a concessão de crédito em outra instituição financeira, a maioria 70% (sete) afirmou que não teve nenhuma dificuldade e 30% (três) a burocracia.

Gráfico 8 - Principal dificuldade na concessão do crédito em outra instituição financeira



Fonte: Pesquisa de campo

Conforme disposto no Estatuto da Microempresa, Lei n. 9.841/99 deve ser dado tratamento diferenciado e facilitado o acesso a obtenção de crédito nas Instituições Financeiras Oficiais, como também estabelece que o alcance de crédito deve ser outorgado sem as exigências de garantias (SEBRAE, 2012).

Se existe essa facilidade com taxas menores e prazos mais elásticos é coerente buscar a rede oficial para créditos específicos a micro e pequena empresa, bancos particulares trabalham com regras próprias ao mercado em que atuam é certo que entre eles existe a concorrência, mas suas ofertas não superam aquelas enfatizadas pelo SEBRAE.

CONCLUSÃO

Ao chegar a parte final dessa pesquisa é preciso enaltecer a coragem de homens e mulheres que se dedicam a realização de seu sonho de viver dignamente, buscando de forma honesta suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e de melhoria do padrão de vida. Como também essas pessoas, conforme foi afirmado são responsáveis por uma parcela considerável dos postos de trabalho que são ofertados a população, se tornando uma fonte de riqueza econômica de considerável efeito nas finanças da nação.

É pacífico afirmar que as micro e pequenas empresas ao longo de sua história foram sendo apadrinhadas pela legislação brasileira, não por paternalismo, mas sim, pela sua importância no cenário político-social.

O micro e pequeno empresário como outro qualquer diretor ou gerente de grandes empresas, resguardadas as devidas proporções tem seus problemas e dificuldades a serem enfrentadas. Em dados momentos conjunturais pode ser necessário o implemento financeiro, e obriga-se a contratação de linhas de crédito para fazer frente a uma necessidade premente ou expectativa de investimento que traga maior lucratividade a seu negócio.

A pesquisa direta aqui realizada com um total de dez empresários da cidade de Anápolis, revelou que a necessidade de crédito já se fez presente para a maioria, como também, observou-se que se os mesmos estiverem com suas obrigações fiscais em dia não existe impedimento que possa vir a causar entrave burocrático na negociação.

Por fim, é relevante relembrar a grande importância das micro e pequenas empresas no cenário econômico nacional sendo ela fonte de distribuição de renda e um contribuinte considerável de impostos aos cofres públicos. Dessa forma entende-se que os objetivos propostos foram alcançados.

Ao se buscar estudar mais aprofundadamente sobre o tema proposto, teve-se como intuito particular conhecer sobre as particularidades e dificuldades dos micro e pequenos empresários da cidade de Anápolis, como também, buscou-se contribuir para as discussões em nível acadêmico sobre o assunto que é inesgotável e carece de constante inovação.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Curso de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Alexandre. **Fundamentos de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

BEZERRA, Cícero Aparecido. **Projeto de sistemas de informação baseado em qualidade: uma abordagem voltada à pequena empresa**. 2001. 110p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRASIL, Secretaria d Receita Federal. **Instrução Normativa nº 355. Dispõe sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples)**. DOU de 8.9.2003. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2003/in3552003.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

_____. Presidência da República. **Lei n. 9.841/99** - Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

CASAGRANDE, Nelson Granemam. **A gestão da informação como estratégia de acesso ao MERCOSUL pelas pequenas empresas de Santa Catarina: um diagnóstico do setor calçadista**. 1999. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta99/nelson/>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

CASTRO, Moema Augusta Soares de. **A microempresa no direito brasileiro**. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

CHAVES, Marco Antonio. **Projetos de pesquisa: guia prático para monografia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Walk, 2004.

COSTA, Mayla. **Análise das demonstrações contábeis**. Disponível em: <www.fabianohosped.xpg.com.br/apresenAulas12e3.ppt>. Acesso em: 15 abr. 2012.

DUTRA, Ivan. **Identificação de necessidades e utilização dos instrumentos de marketing na micro e pequena empresa industrial de Londrina – Paraná**. 1982. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração - Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERES, Marcelo Andrade. Ensaio sobre o novo estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte. (Lei n.º 9.841, de 05 de outubro de 1999). **Jus Navigandi**, Teresina, ano 5, n. 43, 1 jul. 2000. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/752>>. Acesso em: 5 maio 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas 2010.

LEMES JÚNIOR, Antonio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando micro e pequenas empresas**. São Paulo: Campus, 2010.

LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra. As especificidades das pequenas e médias empresas. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 34, nº 2, abr./jun. 1999.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Necessidade de capital de giro**. 2010. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/necessidadecapitalgiro.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

PALERMO, Fernanda Kellner de Oliveira. As micro e pequenas empresas como propulsoras do desenvolvimento econômico e social. Contribuição para o incremento das atividades econômicas no âmbito do MERCOSUL. 2001. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 55, 1 mar. 2002 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/2735>>. Acesso em: 5 maio 2012.

SEBRAE. **Análise de conjuntura (Elementos)**. Brasília: SEBRAE/MÉTODOS. 2000.

_____. **A importância do trabalho na micro e pequena empresa**. 2007.

Disponível em:

<http://portal.pr.sebrae.com.br/FCKeditor/userfiles/file/NOVO%20PORTAL/PESQUISAS/Pesquisa_a_Importancia_do_Trabalho.pdf>. Acesso em: 06 maio 2012.

_____. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa, 2010/2011**.

Disponível em

<[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/25BA39988A7410D78325795D003E8172/\\$File/NT00047276.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/25BA39988A7410D78325795D003E8172/$File/NT00047276.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2012.

_____. **Linhas de crédito**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/mato-grosso-do-sul/minha-empresa/Orientacao%20ao%20Credito%20e%20Credito%20Orientado/linhas-de-credito>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

_____. **Critérios e conceitos para classificação de empresas**. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

THODE FILHO, Sérgio. CALDAS, Marco Antônio Farah. **O gerenciamento da informação nas micro e pequenas empresas**. 2008. Disponível em:

<http://www.aedb.br/seget/artigos08/201_O%20gerenciamento%20da%20informacao%20nas%20micro%20e%20pequenas%20empresas_Modificado.pdf>. Acesso em:

02 maio 2012.

VENTURA, Luciano Carvalho. **O conselho de administração na empresa familiar**. 2010. Disponível em: <<http://www.lcvco.com.br/conselho3.htm> > Acesso em 02 abr. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **Ciclos econômico, operacional e financeiro**. 2009. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ciclos.htm>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1. Qual o porte de sua empresa?

- Microempresa Pequena empresa
 Média empresa Grande empresa

2. Qual seu ramo de atividade?

- Indústria Comércio
 Serviços

3. Tempo de funcionamento?

- Menos de 3 anos De 3 a 5 anos
 De 5 a 10 anos Mais de 11 anos

4. Já tentou obter crédito em seu banco principal?

- Sim
 Não

5. Qual linha de crédito?

- Capital de giro Antecipação de recebíveis
 Investimentos _____

6. Qual sua principal dificuldade em obtenção de crédito em seu banco?

7. Já buscou crédito em outras instituições financeiras?

8. Quais as principais dificuldades encontradas nestas instituições?
